

ENTREVISTA

Matéria da Bretanha e Medievalismo no Brasil

Realizada por Adriana Zierer, Luciana de Campos e Johnni Langer com
Profa. Titular Dra. Lênia Márcia Mongelli

Departamento de Letras
Universidade de São Paulo
mongelli@dadata.com.br

Principais obras publicadas e/ou organizadas:

Fontes primárias da Idade Média. Cotia: Íbis, 2005.

A estética medieval. São Paulo: Íbis, 2003.

A literatura doutrinária na corte de Avis. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Mudanças e rumos: o Ocidente Medieval. Cotia: Íbis, 1997.

Por quem peregrinam os cavaleiros de Artur. Cotia: Íbis, 1995.

Adriana Zierer (AZ): *Recentemente, durante o I Simpósio Internacional e II Nacional de Estudos Celtas e Germânicos (julho de 2006), você ministrou a conferência Tristão e Lancelot: dois itinerários, uma só tragédia. Sabemos que a construção da idéia romântica do amor iniciou-se na Idade Média. De que forma esses personagens nos auxiliam a compreender o desenvolvimento do conceito de amor no período medieval?*

Lênia Márcia Mongelli (LMM): Começamos por matizar as afirmações: esta idéia de que o “amor romântico iniciou-se na Idade Média” tomou forma e disseminou-se com o livro famoso de Denis de Rougemont, *L’amour et l’Occident*¹, mas já foi revista e corrigida de várias formas, por diferentes estudiosos. O trabalho mais recente nesta direção é a obra de Michel Zink, *Poésie et conversion au Moyen Age* (Paris, Puf, 2003), onde ele examina as transformações da poesia – e com ela, do conceito de amor – ao longo da História, da Antigüidade à Baixa Idade Média. O raciocínio ali desenvolvido pode ser inscrito no conjunto do processo de transmissão da cultura antiga ao medievo e à modernidade: por mais que se condenassem as manifestações artísticas pagãs, inclusive a Literatura, era impossível não reconhecer a grandeza delas e deixar de reaproveitá-las, em outro registro e em outros contextos. A começar pelos mecanismos de trabalho com a Língua: afinal, o que são a Gramática, a Retórica e a Dialética – disciplinas eximamente manipuladas por um Santo Agostinho, um Isidoro de Sevilha, um Abelardo ou um Tomás de Aquino – se não o instrumental clássico, vigente até pelo menos o século XVIII da era cristã, a serviço do bem falar e do bem escrever? Todos conhecem as lições de S. Jerônimo no sentido da formação intelectual necessária para ler corretamente a Bíblia, sem distorções... Como fazê-lo, sem recorrer, por exemplo, à *Rhetorica ad Herenium* ou à *Epistula ad Pisonem* de Horácio, pagãos ilustres que

ensinaram a força das palavras? Portanto, é preferível entender o “amor romântico” no âmbito das “transformações”, como pontua acertadamente Michel Zink: *L’amour est devenu pour la première foi dans l’Europe médiévale la grande affaire de la littérature et il l’est reste. L’invention n’est pas celle de l’amour. Elle est d’avoir fait de l’amour le sujet par excellence et le pain quotidien de la poésie.* (p. 42, grifo meu). Ou seja: o amor não foi “inventado” na Idade Média, mas “transformado” em “motivo” por excelência da Literatura de ficção.

Vamos ao segundo aspecto posto pela questão: as relações entre Tristão e Lancelot e um conceito de amor. Sem dúvida, ambas personagens fazem jus à fama que têm dentro da matéria arturiana, porque encarnam sentimentos trágicos de interdição, de quebra de confiança, de perda da honra, de ruptura da fidelidade vassálica, valores essencialmente medievais – sempre em nome de compulsões anímicas que movem os amantes um ao outro. E todos conhecemos o quanto a História se curvou aos grandes amores – de Dido / Enéias a Abelardo / Heloísa, anulando fronteiras entre fantasia e realidade – e o quanto eles são do agrado popular, quando menos pelos ingredientes que alimentam essa paixão: os namorados são jovens, belos, ricos, indomados, etc., fórmulas de sucesso garantido. Contudo, esses pares têm de ser inscritos em um conjunto mais amplo, de vetos similares a quaisquer subjetividades que fugissem às normas impostas pela Igreja, implacável legisladora das consciências cristãs. Os conflitos (principalmente amorosos) recrudescem e ganham força talvez pelo cenário mental em que se manifestam e se desenvolvem, fonte de antíteses e paradoxos: os séculos XII e XIII são o momento das reformas clericais, da “paz de Deus”, das Cruzadas, da Escolástica tentando explicar a Fé pela Razão, da ameaça do Islã. Todos os filhos de Deus devem ter os olhos postos na Jerusalém celeste e deixar em segundo plano os apelos da carne, exatamente o que os cavaleiros de Artur (dentre os quais Tristão e Lancelot), os trovadores, os fesceninos dos *fabliaux* ou as damas enfebrecidas de Maria de França não conseguem fazer.

AZ: *Um dos seus estudos sobre o tema da Matéria de Bretanha é o livro Por quem peregrinam os cavaleiros de Artur (Íbis, 1995), centrado na temática da peregrinação e das aventuras dos cavaleiros. O que você pode nos contar acerca da importância do ato peregrinatório e do sentido das aventuras dos cavaleiros no romance A Demanda do Santo Graal? Discorra também sobre seus estudos atuais e/ou de seus orientandos relacionados a esta fonte.*

LMM: Quanto a meus estudos atuais, só indiretamente resvalam por esse tema, já que estou debruçada (e com imenso prazer, diga-se de passagem) sobre a lírica trovadoresca galego-portuguesa. Também meus orientandos têm interesses diversos.

Mas *A Demanda do Santo Graal* é obra a que sempre retorno, porque a considero um dos monumentos da Idade Média literária, representativo da mais pura ficção e, a meu ver, passível de ombrear, em grandeza, até mesmo com *A Divina Comédia*. A novela tem muitos segredos e a força deles converge para um núcleo de máxima resistência, de que tudo decorre: foram cristianizados poderosos mitos pagãos. O tema do Graal, muito anterior à Encarnação de Cristo, propõe a abundância, a fartura, o apelo aos prazeres materiais e à satisfação plena; os princípios cristãos, ao contrário, incentivam a ascese, a espiritualidade e a esperança de salvação no Outro Mundo, já que neste a vida é passageira. A junção de extremos tão radicalmente opostos em um mesmo processo de Busca é o que gera a *tensão* em que se dividem os cavaleiros: são amantes

fogosos, mas não podem sê-lo, se quiserem chegar ao Graal. São pecadores e só os castos serão premiados. Eis o conflito denso, doloroso, insolúvel.

Como se não bastasse a ambigüidade intrínseca a essa polaridade arquitetônica, existe a coincidência dela com o momento histórico das Cruzadas (a primeira é de 1096, a oitava de 1270), o que sugere uma espécie de leitura alegórica da novela: se substituirmos a Terra Santa dos cruzados pelo Santo Vaso do Graal, no qual teria sido recolhido o sangue de Jesus morto na cruz, temos que os cavaleiros empenham todas as suas forças para reaver esse recipiente, da mesma forma que aqueles morreram pela reconquista dos lugares sagrados da cristandade. Os objetos são diferentes – o Graal ou Jerusalém – mas não a natureza do percurso para chegar até eles, cheio de provações, físicas e morais. Essa *via crucis* passou à História como “peregrinação”, reatualização do hábito milenar de visita a santuários.

Etimologicamente, a palavra vem do latim *peregrinare* e significa “andar por terras distantes”, o que faz do peregrino um estrangeiro, sempre de passagem. Isto explica o amplo aproveitamento que a literatura moderna fez das ricas possibilidades implícitas no vocábulo. Para dar um exemplo rasteiro, pense-se nos filmes de *farwest* americanos e no tema da *vendetta*, em que o herói despende a vida inteira sem rumo, até encontrar, obstinadamente, o bandido que lhe matou a família. Na outra ponta da linha do tempo, desde o século XI a.C. os judeus já peregrinavam a Jerusalém para as grandes festas; nos Evangelhos, Cristo pregava aos seus a dispersão: “Ide e ensinaí a todas as nações; batizai-as em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo” (Mat. 28, 19); a partir do século IV vários santuários são construídos sobre o Gólgota e já em 333 um peregrino relata sua aventura de travessia; no *Codex Calixtinus*, o Livro Quinto contém um Guia completo para o peregrino que se dirige a Santiago de Compostela², ou para Roma, outro importante pólo de congregação e de ajuntamento dos fiéis.

Dentre os vários motivos que conduzem o crente a esses lugares – a simples piedade, o anseio de um milagre, o contato com relíquias santas – o intuito penitencial é um dos mais marcantes: são muitas as indulgências plenárias que se obtêm para remissão dos pecados, tornando mais próxima a Salvação a que todo cristão aspira. Talvez esteja aí um dos mais belos aspectos d’A *Demanda do Santo Graal*, perfeitamente contextualizado no imaginário do medievo: do ponto de vista alegórico, as numerosas e difíceis “aventuras” a que se entregam com denodo os cavaleiros são “provações”, pelas quais buscam purgar-se e merecer compartilhar do Sangue redentor.

AZ: *Gostaria que comentasse os estudos da “Matéria de Bretanha” na Península Ibérica. Há autores como Carlos Alvar, que realizou traduções de fontes e outras publicações, dentre as quais um dicionário de mitologia arturiana. Também ocorreu o Colóquio Matéria de Bretanha em Portugal, cuja edição saiu pela editora Colibri (2002), com a participação de autores como Irene Freire Nunes, responsável pela última edição de A Demanda do Santo Graal (1995), Ivo Castro, tradutor da versão portuguesa do Livro de José de Arimatéia, a ser publicada em breve, e José Carlos Miranda, autor de A Demanda do Santo Graal e o Ciclo Arturiano da Vulgata (1998). De que forma estes estudos podem contribuir com as pesquisas no Brasil?*

LMM: Qualquer estudo de qualidade deve “contribuir para a pesquisa no Brasil”, já que nossas bibliotecas são extraordinariamente lacunares e necessitamos acompanhar o que se produz na Europa, nos Estados Unidos e na América Latina. No caso dos trabalhos citados na pergunta, são indispensáveis a quem queira tratar da “matéria de Bretanha” e não só em Portugal: Carlos Alvar, por exemplo, tem um amplo projeto de publicação

das novelas de cavalaria hispânicas, o qual já pôs no mercado vários títulos (pela Universidade de Alcalá de Henares); as pesquisas de Ivo Castro, além dessa tão esperada edição do *José de Arimatéia*, têm procurado recompor a trajetória do tema arturiano na tradição portuguesa; José Carlos Miranda – que trouxe ao assunto significativas achegas de matiz sociológico, na esteira de um José Mattoso e a par de Antônio Resende de Oliveira – em estreito diálogo com Fanni Bogdanow, reviu a posição das obras da chamada Pós-Vulgata relativamente às da Vulgata, tendo em vista um *stemma* que supusesse o famigerado “original perdido”. Nessa linha, a da correção das sucessivas reelaborações por parte de copistas anônimos, a camuflar a fonte primeira, trabalhos filológicos como o de Irene Freire Nunes ou, no Brasil, os de Heitor Megale em torno d’A *Demanda* de linguagem modernizada, têm sido persistentes atrás do que a ecdótica chama de *textus optimus*.

Como a questão diz respeito especificamente à Península Ibérica, proponho a leitura de Santiago Gutiérrez García e Pilar Lorenzo Gradín, *A literatura artúrica en Galicia e Portugal na Idade Média*, Santiago de Compostela, Servicio de Publicacións e Intercambio Científico, 2001, cujos três primeiros capítulos abordam o que se pede: “Orixe e desenvolvemento da literatura artúrica”, “A difusión da literatura artúrica na Península Ibérica” e “A transmisión da literatura artúrica en Galicia e Portugal”. A bibliografia final não só arrola as “fontes” de temática arturiana, como os melhores estudos sobre elas – uma espécie de “estado da questão” que é ótimo termômetro para o iniciante.

Atas de Congressos sempre oferecem oportunidade de observar o andamento das pesquisas: em *A imagem do mundo na Idade Média* (Lisboa, Ministério da Educação, 1992), Danielle Régner-Bohler tratou de “La perception imaginaire et les ambivalences du visuel dans la littérature du Moyen Age” e Helena Amaral de “A imagem do feminino nos *Lais* de Marie de France: os espaços naturais e as cidades”; em *O Cantar dos Trovadores* (Santiago de Compostela, Xunta de Galicia, 1993), Carlos Alvar traça importante analogia entre “Poesia gallego-portuguesa y Matéria de Bretaña: algunas hipótesis”; em *O gênero do texto medieval* (Lisboa, Cosmos, 1997), Ana Sofia Laranjinha questiona-se sobre “Um microcosmo textual? O episódio do Pentecostes do Graal na *Demanda portuguesa*”.

Mais recentemente, e na linha de Michel Zink ou de Dominique Demartini na França, Carlos Clamote Carreto vem estudando os modos de construção das narrativas da “matéria de Bretanha”, de que nos deu um belo produto em *Figuras do silêncio. Do Inter / Dito à emergência da palavra no texto medieval* (Lisboa, Estampa, 1996)³. Este tipo de investigação tem se indagado, sistematicamente, sobre o “estatuto do narrador” desses primeiros “romances” ficcionais, levando em conta não só as circunstâncias de produção do texto, como ainda o quesito de sua recepção (modelo de Jauss), já que era lido no ambiente das cortes régias e senhoriais. Por essa via – e justamente através da “matéria de Bretanha” – a noção de “indivíduo” (quem vive a história ou quem a conta) tem se erguido como uma das incógnitas do medieval, onde imperava o ser “coletivo”, sob o férreo comando da Igreja.

AZ: *Dentre os estudos sobre reminiscências celtas na Idade Média relacionados a Portugal, que fontes de pesquisa você sugeriria?*

LMM: Embora este não seja tema de meus horizontes imediatos, ousaria lembrar que talvez fosse preferível pensar em termos peninsulares e não propriamente portugueses, porque no século VI a.C., quando a presença céltica se fez “rastreadável” naquelas

paragens, ela dividiu terreno com outra etnia, os iberos, que ali já estavam e de cuja miscigenação resultaram os *celtiberos* – povos sobre os quais rios de tinta já rolaram, inclusive acerca da povoação da Galiza e de possíveis sinais deles no Trovadorismo. Um trabalho ainda válido, bem geral e com abundante bibliografia, é o de Antonio Garcia Bellido, *La Península Ibérica en los comienzos de su historia* (Madri, Ediciones Istmo, 1985), que tem a vantagem de, além do capítulo específico (“Los celtas y sus penetraciones”), abordar as relações dos celtas com os gregos, primeiro, e com os romanos, depois.

A melhor maneira de acompanhar as novas contribuições às pesquisas sobre celtismo – difícil tratar dele só em Portugal, a menos que pela Arqueologia ou pela Lingüística, na opinião de Bellido – é, a meu ver, através de revistas especializadas, que estão sempre atualizando informações. A *Revue Íris*, publicação do “Centre de Recherche sur L’imaginaire” da Université de Grenoble 3, dedicou seu número 29 (de 2005) ao tema “Celtitudes médiévales”, cuja qualidade começa pelo conciso Editorial de Philippe Walter, conhecido medievalista que coordenou a edição do *Tristan en Prose*. Artigos como “L’héritage celte dans l’hagiographie médiévale” (de Bernard Robreau); “Le ‘Mari aux deux femmes’, les deux Bretagne et l’Irlande” (de Jean Batany), “Le roman de *Mélusine*. La fée, les deseas-mères celtiques et la souveraineté” (de Jean-Jacques Vincensini) ou “Arthur en corbeau. La Souveraineté guerrière des Celtes” (de François Delpech) – além do leque variado de motivos, que vão dos santos às mulheres, da realeza às instituições políticas, oferecem ainda uma grande quantidade de “notas”, com sugestões bibliográficas pontuais, muitas delas de natureza comparativa, permitindo atentar para a presença dos celtas também na Península Ibérica. A partir dessas reflexões, talvez se possam responder perguntas intrigantes como esta do Editorial citado, fundamental para dimensionarmos a influência céltica na literatura dos séculos XII e XIII: *Ces oeuvres [os ‘romans de la Table Ronde’] écrites en français présentent pour la plupart des récits qui n’ont aucun modèle littéraire connu dans l’antiquité gréco-latine. D’où viennent-ils alors? Comment se fait-il que les premières oeuvres de la littérature française se passent toutes en Grande-Bretagne?*

Luciana de Campos (LC): *A Demanda do Santo Graal* apresenta algumas passagens onde a mulher é representada com um comportamento diferente daquele exigido pela sociedade medieval dos séculos XII e XIII, onde a mulher devia ser casta, obediente e resignar-se a estar sob tutela masculina. Havia, nesta literatura composta por homens, o objetivo de utilizar esses comportamentos pouco ortodoxos para servirem de exemplos a não serem seguidos pelas damas ou para salientar a misoginia?

LMM: De novo é preciso suavizar a questão e colocá-la em suas devidas proporções: se, de fato, a sociedade medieval é dominada por homens – face laica, ela é, por outro lado, estruturada pelo cristianismo – face clerical. É de prever que desse imbricamento provenha toda sorte de contrários, belamente expressos n’A *Demanda*, que, atenta às ambigüidades ideológicas que a cercam, submete velhos mitos a nova óptica.

No Ocidente medieval, o império dos homens é incontestável: são eles que exercem os poderes de dominação, de decisão, de organização. Submissa ao pai e depois ao marido, a mulher sofre diversas limitações no plano judiciário, além de sua evidente inferioridade cultural, conforme têm mostrado os estudos de C. Klapish-Zuber e Anita Guerreau-Jalabert. Do lado clerical, acrescenta-se o estigma da figura de Eva e de todas as terríveis decorrências do Pecado Original, dos quais a Queda e a perda do Paraíso, conforme reza ainda hoje a oração da *Salve Rainha!*, condenaram os cristãos a

arrastar-se por esse infundável “vale de lágrimas”. Por extensão, a mulher foi responsabilizada por todas as prevaricações da carne, dentre elas a luxúria – a inspirar o terror n’A *Demanda*. O culto a Maria, contemporâneo, é no fundo uma exaltação à virgindade, Àquela que pôde ser mãe sem se corromper. Ao ver das duas autoras citadas, até mesmo o “amor cortesão”, que aparentemente resgata a figura da mulher, é tão só um meio de contestação dos dominantes laicos, que, escudando-se na construção carne/espírito, procuram legitimar formas de reprodução carnal e de poderes sociais.

E aí está o verso da moeda: da cisão alma/corpo emerge, paradoxalmente e de certo modo, uma posição de igualdade entre homem e mulher, conforme se depreende da evolução das estruturas de parentesco⁴ com seu sistema de filiação agnática e o modelo cristão do casamento, melhorando a situação feminina no seio da família. De vários ângulos vê-se a mulher desempenhar um papel social nada desprezível: dotada pelo pai ou o marido, ela administra senhorios, principalmente no meio rural e na ausência do cônjuge, torna-se “chefe da casa” quando viúva; a entrada em mosteiros ou as doações à Igreja são caminhos de valorização facultados pela própria instituição eclesiástica que condena.

Em suma, nesse quesito o panorama é, sem dúvida, de contrastes, e não há como fazer a balança pender para um dos lados. Para ater-me ao exemplo d’A *Demanda*, obra citada pela pergunta, a coexistência de “donzelas boas” – como a irmã de Erec, e de “donzelas más” – como a que desencaminha Percival, aponta diretamente para as divergências de sentido na representação da mulher medieval, dependendo da perspectiva de que se a observa.

LC: *Nas narrativas da Matéria de Bretanha, encontramos descrições de personagens femininas marcantes, como, por exemplo, Elaine, a Louca de Shallot, que por amor a Lancelote não revela sua gravidez, ou Isolda, a Loura, que mesmo adúltera consegue a simpatia dos leitores. Nessa “constelação de damas gentis”, qual delas poderia ser considerada a mais interessante e com qual delas você mais se identifica?*

LMM: Prefiro evitar questões assim subjetivas e impressionistas, que derivam para o “gosto pessoal”, sempre arbitrário e relativo. Se enveredarmos por esse caminho, seria um nunca acabar de comparações, já que a galeria feminina da chamada “matéria de Bretanha” transcende muitíssimo nomes conhecidos como o de Isolda, de Guinevère ou de Elaine, se nela incluirmos personagens da mitologia céltica – a que estão estreitamente ligadas – ou da tradição oral, como a “família” de Merlin e Morgana. É imediato supor as implicações que daí decorrem...

Ao contrário, e na seqüência da pergunta anterior, considerações críticas mais amplas, que suscitem a inserção dessas mulheres no contexto das narrativas a que pertencem e daí no momento histórico em que surgiram para o Ocidente – oficialmente, à roda de 1150 - parecem-me estratégia aconselhável, pelo menos para começar a examinar o problema. Por exemplo, como disse antes, os especialistas têm insistido no fato de que esses enredos são tramados por homens, que subvertem os acontecimentos segundo seus pontos de vista e que, portanto, é preciso entender a psicologia deles para chegar à delas – significando que, mesmo que se destaquem e se tornem heroínas inesquecíveis, elas só se completam no “outro”, no seu par.

Podemos comprová-lo ainda pela própria *Demanda*: por causa de suas intenções ascéticas, todas as mulheres ali perderam espaço para Galaaz, Percival, Boorz, Erec ou Galvan; elas existem para dar relevo ao drama moral deles e comparecem nos episódios quando os cavaleiros precisam ser “testados” na carne. Por isso raramente têm nome

próprio, segundo sua “função” junto ao homem. Mesmo no *Lancelot en prose*, o papel de Guinevère fica muito aquém do de Lancelot – ele, sim, enredado na mais miserável das situações, que põe em causa suas qualidades guerreiras e sua honra de vassalo. Em artigo pujante, Charles Baladier⁵ faz um comentário preciso: Deus, na poesia religiosa, e a Mulher, na poesia profana, são duas “ausências”, seres concebidos pela *imaginatio* do poeta, que lhes dá forma no curto espaço do poema; talvez exatamente por isso, por esse modo inefável de expressão, é que essas “ausências” são as mais fortes “presenças” do medievo.

Completo o raciocínio desviando um pouquinho da “matéria de Bretanha”, mas para abordar o mesmo instigante assunto: no caso da lírica trovadoresca galego-portuguesa, já se pensou no enorme esforço mental exercido pelo trovador sobre si mesmo, ao fazer-se mulher e produzir uma “cantiga de amigo”⁶? E ainda: por que o faz, se este modo de poesia é de extração popular, está centrado na tradição oral, e, portanto, muitas vezes competindo em desigualdade de condições com a *cansó* provençal, de que a “cantiga de amor” é herdeira? Para concluir a pergunta: afinal, que mulheres são estas de que estamos falando, mirando-as daqui, de nosso distante século XXI?

Johnni Langer (JL): *Em seu artigo “Entre onças e barbatões, as maravilhas caboclas de José de Alencar” (Signum n. 5, 2003), você apontou algumas perspectivas no estudo da Literatura Brasileira oitocentista e suas conotações medievais. Em sua opinião, por que ainda existe certa relutância, tanto em estudos literários quanto historiográficos, do passado medieval brasileiro e da re-interpretação da Idade Média a partir do século XIX? As abordagens envolvendo história do imaginário e cultural (mitos, narrativas, imagens, fatos sociais de origem medieval), especialmente do período colonial, ainda são muito escassas. Desde a publicação de “Visão do Paraíso”, de Sérgio Buarque de Holanda, e “La herencia medieval del Brasil”, de L. Weckmann, não foram mais lançadas obras de fôlego sobre o tema. Quais seriam as causas desta omissão?*

LMM: “Causas” são sempre múltiplas, mas talvez se possa apontar como determinante a nossa dificuldade – impregnada no inconsciente coletivo nacional – de reconhecer a medievalidade, ainda hoje, de muitas de nossas estruturas fundamentais e de nossos sistemas de valores, principalmente no plano social, cultural e religioso. Se o mito geral da Idade Média como “trevas”, firmado no século XIX, só muito recentemente vem sendo desmascarado, o nosso mito particular de que “não tivemos Idade Média” porque a “História do Brasil começa no século XVI” é de cicatrizes mais profundas e por isso persistentes. Já bem antes de 1822 lutávamos para driblar nossa condição colonial e depois que, a duras penas, o conseguimos parcialmente (dependências políticas e econômicas se estenderam pelo Oitocentos afora...), seria improvável que aceitássemos o quanto de medieval os portugueses trouxeram quando cá desembarcaram, quando menos pelo fato de, em Portugal, o Renascimento ter sido claramente bifronte⁷: no âmbito propriamente literário, pense-se na viva presença “moral” de Galaaz na corte de D. Sebastião e nas motivações deste Rei para incursionar por África, ou na vigência das novelas de cavalaria no coração da era do expansionismo marítimo, para se apreender o “espírito” que orientava nossos “descobridores”. Ávidos de nos livrarmos deles e de sua memória depois que rompemos “laços”, era natural que olvidássemos também a História européia que os antecedeu e, com ela, as nossas “raízes” antiqüíssimas.

Saltando para razões bem mais próximas e mais visíveis, acrescenta-se o lamentável equívoco de nossas políticas educacionais, cujas “resoluções” e “parâmetros” para o Ensino Intermediário, por exemplo, sugerem que se estude “o

presente do aluno”, porque “mecanismo pedagógico” eficaz para situá-lo no seu tempo e no seu espaço – como se ambos, tempo e espaço, pudessem ter feição única... Medidas como estas condicionam, evidentemente, toda uma série de publicações didáticas e de compromissos editoriais, esvaziando as prateleiras das escolas de títulos que remontem a passado recuado. Não há o menor estímulo para que os autores de livros de divulgação incluam neles a Idade Média, criando-se um círculo vicioso que há anos nos estrangula. E, claro, distorce nossa visão acerca de nossa própria identidade.

JL: *A ABREM foi criada em 1995-1996 e, desde então, já realizou vários eventos internacionais, cursos, publicações de livros e revistas (como a Signum), enfim, várias atividades que trataram de popularizar e consolidar efetivamente os estudos medievais em nosso país. Que rumos e metas futuras o medievalismo no Brasil pode tomar a partir do cenário atual? Novos tipos de pesquisas, novos tipos de associados?*

LMM: A pergunta implica em numerosos ângulos que, para uma resposta como seria de desejar, é impossível abordar aqui. Vou deter-me no que me parece central e que deve merecer toda a atenção da ABREM para o futuro: o provimento das bibliotecas brasileiras com fontes medievais e, em estreito vínculo com tal providência, o estímulo às grandes livrarias das grandes capitais para que importem esse material e negociem com as Universidades, principalmente públicas. Utopia? Um pouco. Iniciativa só realizável na “longuíssima duração”? Talvez. Mas de alguma maneira precisamos começar, sob pena de não escaparmos do círculo vicioso e de continuarmos perpetuando a lacuna que ameaça até a própria existência da ABREM enquanto corpo vivo de pesquisadores do medievo: só conseguem trabalhar em profundidade aqueles que podem freqüentar as riquíssimas bibliotecas estrangeiras ou arcar com os altos custos de compra de livros pela internet. Nenhuma das duas soluções forma hábitos de reflexão sobre a Idade Média, que é, ao fim e ao cabo, onde se pretende chegar. Quais seriam os primeiros passos para se conseguir tão alto objetivo? Por exemplo, contatar, sistematicamente, as Secretarias de Estado da Cultura dos principais centros universitários da União e, mediante projetos bem fundamentados, fornecer-lhes listas de livros que pudessem ser beneficiadas nas aquisições sistemáticas periodicamente feitas.

Se esta medida simples puder aos poucos dirigir-se para alguma realização, estejamos certos de que mudará o perfil da ABREM, porque será outra a qualidade de nossa contribuição ao estudo da Idade Média, para além do extenso caminho já percorrido nesses frutíferos dez anos: congressos, cursos, a própria *Signum*, o *Jornal* e outras publicações (como a próxima, que pretende identificar biograficamente os medievalistas brasileiros) colocarão ao alcance de todos – e com o indispensável rigor científico que sempre se espera – a possibilidade de verificar, por si próprios, que nós, brasileiros, estamos de fato imersos, até à medula, na História do Ocidente. Que se convençam olhos e ouvidos desavisados.

NOTAS

¹ Há edição recente em português: *História do Amor no Ocidente*, 2ª ed. reformada, São Paulo, Ediouro, 2003.

² *Liber Sancti Jacobi. “Codex Calixtinus”*, trad. de A. Moralejo, C. Torres e J. Feo, Santiago de Compostela, Xunta de Galicia, 1951.

³ Este autor acaba de publicar, na *Signum* nº 8 (2006), o artigo “A verdade dos simulacros: a (re)criação do mundo na narrativa medieval”, sobre o tema de que estamos tratando.

⁴ Vejam-se os trabalhos de Anita Guerreau-Jalabert citados no verbete “Parentesco” do *Dicionário temático do Ocidente medieval*, São Paulo, EDUSC, 2002.

⁵ “L’amour au risque de la dépersonnalisation”, em *L’individu au Moyen Âge*, B. M. Bedos-Rezak e D. Iogna-Prat (eds.), Paris, Aubier, 2005, p. 167.

⁶ Como se sabe, segundo preconiza a *Arte de Trovar*, é o fato de “elas falarem na primeira cobra” que diferencia genologicamente a “cantiga de amigo” da “cantiga de amor”.

⁷ Veja-se, por exemplo, J. S. da Silva Dias, *Os Descobrimentos e a problemática cultural do século XVI*, Lisboa, Presença, 1982.